

Revisão PFN (Constitucional)

Temas Selecionados: Teoria da Norma Constitucional. Interpretação Constitucional. Dos Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Ações Constitucionais. Organização do Estado. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Tributação e Orçamento. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social.

Gabriel Dias Marques da Cruz

Facebook e JusBrasil: Gabriel Marques

Contato: gabriel_dmc@yahoo.com.br

SUMÁRIO – Aula 02/03 (PFN)

1. Teoria da Norma Constitucional
2. Interpretação Constitucional
3. Dos Princípios Fundamentais
4. **Direitos e Garantias Fundamentais (continuação)**
5. **Ações Constitucionais**
6. Organização do Estado
7. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas
8. Tributação e Orçamento
9. Ordem Econômica e Financeira
10. Ordem Social

Direitos e Garantias Fundamentais

4. (PFN 2012/ESAF). Sobre a configuração constitucional do princípio da legalidade, é incorreto afirmar que:

A) nas aparições constitucionais do princípio da legalidade, como direito fundamental em várias acepções ou como princípio geral da administração pública, sua acepção corresponde à “reserva de lei” ou “estrita legalidade”.

B) como direito fundamental geral, o princípio da legalidade se configura em que os indivíduos são livres em suas ações privadas, salvo se a lei impuser que ele se abstenha de alguma iniciativa ou lhe determinar a realização de alguma iniciativa.

C) como direito fundamental especificamente voltado à liberdade individual em face do ordenamento e da persecução penais, à vista do princípio da legalidade somente há configuração de tipo criminal mediante sua prévia definição por lei em sentido formal e material.

D) como direito fundamental especificamente voltado à garantia do patrimônio privado em face das pretensões fiscais do poder público, à vista do princípio da legalidade a lei é condição para a instituição e para a majoração de tributos, ressalvadas, quanto à majoração, a exceção constitucional referida aos impostos da União de caráter econômico-regulatório.

E) o princípio da legalidade enquanto princípio geral regente da administração pública importa, dentre diversas outras consequências, que somente mediante lei se pode fixar a remuneração ou o subsídio dos cargos, empregos e funções de qualquer dos poderes.

Direitos e Garantias Fundamentais

4. (PFN 2012/ESAF). Sobre a configuração constitucional do princípio da legalidade, é incorreto afirmar que:

A) nas aparições constitucionais do princípio da legalidade, como direito fundamental em várias acepções ou como princípio geral da administração pública, sua acepção corresponde à “reserva de lei” ou “estrita legalidade”.

B) como direito fundamental geral, o princípio da legalidade se configura em que os indivíduos são livres em suas ações privadas, salvo se a lei impuser que ele se abstenha de alguma iniciativa ou lhe determinar a realização de alguma iniciativa.

C) como direito fundamental especificamente voltado à liberdade individual em face do ordenamento e da persecução penais, à vista do princípio da legalidade somente há configuração de tipo criminal mediante sua prévia definição por lei em sentido formal e material.

D) como direito fundamental especificamente voltado à garantia do patrimônio privado em face das pretensões fiscais do poder público, à vista do princípio da legalidade a lei é condição para a instituição e para a majoração de tributos, ressalvadas, quanto à majoração, a exceção constitucional referida aos impostos da União de caráter econômico-regulatório.

E) o princípio da legalidade enquanto princípio geral regente da administração pública importa, dentre diversas outras consequências, que somente mediante lei se pode fixar a remuneração ou o subsídio dos cargos, empregos e funções de qualquer dos poderes.

Direitos e Garantias Fundamentais

5. **(PFN 2012/ESAF)**. Sobre a configuração constitucional do princípio da isonomia, inclusive à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

A) o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 não referencia a igualdade dentre os valores supremos cujo exercício o Estado Democrático configurado na República Federativa do Brasil se destina a assegurar.

B) dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, fixados na Constituição Federal de 1988, encontra-se a redução das desigualdades sociais e regionais com consequente discriminação de origem ou de outras formas correlatas entre brasileiros.

C) é inconstitucional a fixação de critérios seletivos de acesso discente às instituições federais de ensino superior fundados, dentre outros aspectos, em seleção racial.

D) homens e mulheres não são iguais em direitos e obrigações quando assim fixado nos termos da própria Constituição Federal de 1988.

E) é vedado aos poderes públicos instituir, mesmo que por lei, tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, porém os impostos, sempre que possível, deverão ter caráter pessoal e ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

Direitos e Garantias Fundamentais

5. **(PFN 2012/ESAF)**. Sobre a configuração constitucional do princípio da isonomia, inclusive à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

A) o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 não referencia a igualdade dentre os valores supremos cujo exercício o Estado Democrático configurado na República Federativa do Brasil se destina a assegurar.

B) dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, fixados na Constituição Federal de 1988, encontra-se a redução das desigualdades sociais e regionais com consequente discriminação de origem ou de outras formas correlatas entre brasileiros.

C) é inconstitucional a fixação de critérios seletivos de acesso discente às instituições federais de ensino superior fundados, dentre outros aspectos, em seleção racial.

D) homens e mulheres não são iguais em direitos e obrigações quando assim fixado nos termos da própria Constituição Federal de 1988.

E) é vedado aos poderes públicos instituir, mesmo que por lei, tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, porém os impostos, sempre que possível, deverão ter caráter pessoal e ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

Direitos e Garantias Fundamentais

6. (PFN 2012/ESAF). Sobre o regime constitucional da propriedade, é incorreto afirmar:

A) que, no bojo dos direitos fundamentais contemplados na Constituição Federal de 1988, é, concomitantemente, garantido o direito de propriedade e exigido que a propriedade atenda à sua função social.

B) que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro ou bens da União.

C) que, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade privada independentemente de prévia disciplina legal ou ato de desapropriação, assegurado ao proprietário apenas indenização ulterior se houver dano.

D) que no contexto da política de desenvolvimento urbano, o poder público municipal pode, nos termos de lei específica local e observados os termos de lei federal, exigir do proprietário de área incluída no plano diretor que promova o seu adequado aproveitamento sob pena, como medida derradeira, de sua desapropriação mediante justa e prévia indenização com pagamento em títulos da dívida pública.

E) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, é insusceptível tanto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva quanto, desde que seu proprietário não possua outra, de desapropriação para fins de reforma agrária.

Direitos e Garantias Fundamentais

6. (PFN 2012/ESAF). Sobre o regime constitucional da propriedade, é incorreto afirmar:

A) que, no bojo dos direitos fundamentais contemplados na Constituição Federal de 1988, é, concomitantemente, garantido o direito de propriedade e exigido que a propriedade atenda à sua função social.

B) que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro ou bens da União.

C) que, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade privada independentemente de prévia disciplina legal ou ato de desapropriação, assegurado ao proprietário apenas indenização ulterior se houver dano.

D) que no contexto da política de desenvolvimento urbano, o poder público municipal pode, nos termos de lei específica local e observados os termos de lei federal, exigir do proprietário de área incluída no plano diretor que promova o seu adequado aproveitamento sob pena, como medida derradeira, de sua desapropriação mediante justa e prévia indenização com pagamento em títulos da dívida pública.

E) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, é insusceptível tanto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva quanto, desde que seu proprietário não possua outra, de desapropriação para fins de reforma agrária.

Direitos e Garantias Fundamentais

7. **(PFN 2007/ESAF)**. Considerem-se os seguintes conteúdos normativos constitucionais:

- a. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ...”
- b. “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.”
- c. “É garantido o direito de propriedade.”
- d. “A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”
- e. “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: ... IV – utilizar tributo com efeito de confisco.”

Direitos e Garantias Fundamentais

7. (PFN 2007/ESAF) (continuação)

Assinale a única opção correta, referente aos princípios e garantias constitucionais decorrentes dos conteúdos constitucionais acima citados, observada a ordem alfabética de sua reprodução:

- A) igualdade ou isonomia; legalidade em sentido geral e amplo; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real e direitos patrimoniais em geral, reconhecida sua função social; limitação à possibilidade de retroatividade da lei nova; princípio constitucional-tributário de não-confisco.
- B) isonomia ou igualdade; legalidade tributária em sentido amplo; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real indisponível e direitos patrimoniais inespecíficos, reconhecida sua função social; limitação erga omnes dos efeitos presentes da lei nova; princípio constitucional- real de não-confisco.
- C) igualdade ou isonomia; legalidade tributária; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real disponível, exceto os de garantia, e direitos patrimoniais em geral, reconhecida sua função social; limitação condicionada dos efeitos da lei nova; princípio constitucional- financeiro-tributário de não-confisco.
- D) isonomia ou igualdade; legalidade tributária em sentido estrito; garantia do direito à propriedade, sendo esta considerada como direito obrigacional e direitos patrimoniais específicos, reconhecida sua função social; limitação à possível retroatividade de efeitos da lei nova; princípio geral de não-confisco.
- E) igualdade ou isonomia; legalidade em sentido particular e estrito; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real e direitos patrimoniais em especial, reconhecida sua função social; limitação dos possíveis efeitos retroativos indistintos da lei nova; princípio constitucional- tributário de não-confisco.

Direitos e Garantias Fundamentais

7. (PFN 2007/ESAF) (continuação)

Assinale a única opção correta, referente aos princípios e garantias constitucionais decorrentes dos conteúdos constitucionais acima citados, observada a ordem alfabética de sua reprodução:

A) igualdade ou isonomia; legalidade em sentido geral e amplo; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real e direitos patrimoniais em geral, reconhecida sua função social; limitação à possibilidade de retroatividade da lei nova; princípio constitucional-tributário de não-confisco.

B) isonomia ou igualdade; legalidade tributária em sentido amplo; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real indisponível e direitos patrimoniais inespecíficos, reconhecida sua função social; limitação erga omnes dos efeitos presentes da lei nova; princípio constitucional- real de não-confisco.

C) igualdade ou isonomia; legalidade tributária; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real disponível, exceto os de garantia, e direitos patrimoniais em geral, reconhecida sua função social; limitação condicionada dos efeitos da lei nova; princípio constitucional- financeiro-tributário de não-confisco.

D) isonomia ou igualdade; legalidade tributária em sentido estrito; garantia do direito à propriedade, sendo esta considerada como direito obrigacional e direitos patrimoniais específicos, reconhecida sua função social; limitação à possível retroatividade de efeitos da lei nova; princípio geral de não-confisco.

E) igualdade ou isonomia; legalidade em sentido particular e estrito; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real e direitos patrimoniais em especial, reconhecida sua função social; limitação dos possíveis efeitos retroativos indistintos da lei nova; princípio constitucional- tributário de não-confisco.

Direitos e Garantias Fundamentais

8. **(PFN 2007/ESAF)**. Assinale a opção incorreta.

- A) “A propriedade atenderá a sua função social” (art. 5º, XXIII, da C. F.).
- B) “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: ... III – função social da propriedade” (art. 170, III, da C.F.).
- C) “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (art. 182, §2º, da C.F.).
- D) As opções constantes das letras “a”, “b” e “c” desta questão contêm transcrições de normas constitucionais, que dão destaque ao regime constitucional da propriedade, o qual estabelece a dimensão prevalecente do valor “função social da propriedade” sobre um conceito privatista de propriedade como sendo direito real de cunho, puramente, patrimonial e, portanto, somente econômico.
- E) A letra “d” desta questão está errada.

Direitos e Garantias Fundamentais

8. **(PFN 2007/ESAF)**. Assinale a opção incorreta.

- A) “A propriedade atenderá a sua função social” (art. 5º, XXIII, da C. F.).
- B) “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: ... III – função social da propriedade” (art. 170, III, da C.F.).
- C) “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (art. 182, §2º, da C.F.).
- D) As opções constantes das letras “a”, “b” e “c” desta questão contêm transcrições de normas constitucionais, que dão destaque ao regime constitucional da propriedade, o qual estabelece a dimensão prevalecente do valor “função social da propriedade” sobre um conceito privatista de propriedade como sendo direito real de cunho, puramente, patrimonial e, portanto, somente econômico.
- E) A letra “d” desta questão está errada.

Direitos e Garantias Fundamentais

9. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) O direito constitucional de reunião não protege pretensão do indivíduo de não se reunir a outros.
- B) As limitações do financeiramente possível não têm aplicação quando se trata de definir o âmbito normativo dos direitos sociais previstos na Constituição.
- C) O direito de propriedade apresenta aspecto de direito a prestação jurídica.
- D) O fenômeno da colisão dos direitos fundamentais não é admitido como possível no ordenamento jurídico brasileiro, já que a Constituição não pode abrigar normas que conduzam a soluções contraditórias na sua aplicação prática.
- E) Verificado que um direito fundamental traz consigo um dever de proteção por parte do Estado, fica também caracterizado que incumbe ao Judiciário especificar como esse direito será protegido.

Direitos e Garantias Fundamentais

9. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) O direito constitucional de reunião não protege pretensão do indivíduo de não se reunir a outros.
- B) As limitações do financeiramente possível não têm aplicação quando se trata de definir o âmbito normativo dos direitos sociais previstos na Constituição.
- C) O direito de propriedade apresenta aspecto de direito a prestação jurídica.**
- D) O fenômeno da colisão dos direitos fundamentais não é admitido como possível no ordenamento jurídico brasileiro, já que a Constituição não pode abrigar normas que conduzam a soluções contraditórias na sua aplicação prática.
- E) Verificado que um direito fundamental traz consigo um dever de proteção por parte do Estado, fica também caracterizado que incumbe ao Judiciário especificar como esse direito será protegido.

Direitos e Garantias Fundamentais

10. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) A vedação constitucional à pena de caráter perpétuo se circunscreve à esfera das reprimendas penais.
- B) Nenhum indivíduo pode, invocando a autonomia privada, contrair, por livre deliberação, obrigações que os poderes públicos não lhe poderiam impor.
- C) Somente no que tange aos direitos de índole trabalhistas dispostos no título da Constituição que cuida dos direitos fundamentais, pode-se falar em eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.
- D) Os estrangeiros não-residentes estão aliçados da titularidade dos direitos fundamentais entre nós.
- E) Pessoa jurídica de direito público pode ser titular de direitos fundamentais invocáveis contra interesses de indivíduos.

Direitos e Garantias Fundamentais

10. (**PFN 2006/ESAF**). Assinale a opção correta.

- A) A vedação constitucional à pena de caráter perpétuo se circunscreve à esfera das reprimendas penais.
- B) Nenhum indivíduo pode, invocando a autonomia privada, contrair, por livre deliberação, obrigações que os poderes públicos não lhe poderiam impor.
- C) Somente no que tange aos direitos de índole trabalhistas dispostos no título da Constituição que cuida dos direitos fundamentais, pode-se falar em eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.
- D) Os estrangeiros não-residentes estão alijados da titularidade dos direitos fundamentais entre nós.
- E) **Pessoa jurídica de direito público pode ser titular de direitos fundamentais invocáveis contra interesses de indivíduos.**

Direitos e Garantias Fundamentais

11. (**AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF**). A nacionalidade pode ter repercussões na vida de brasileiros e estrangeiros. Nos termos da Constituição Brasileira, é brasileiro nato:
- A) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros e mesmo que estes não estejam a serviço de seu país.
 - B) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, ainda que nenhum deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
 - C) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
 - D) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
 - E) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Direitos e Garantias Fundamentais

11. **(AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF).** A nacionalidade pode ter repercussões na vida de brasileiros e estrangeiros. Nos termos da Constituição Brasileira, é brasileiro nato:
- A) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros e mesmo que estes não estejam a serviço de seu país.
 - B) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, ainda que nenhum deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
 - C) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
 - D) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
 - E) **os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.**

Direitos e Garantias Fundamentais

12. (**AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF**). A doutrina constitucionalista tem comentado muito sobre os direitos dos trabalhadores garantidos constitucionalmente. Sobre tais direitos, considerando a doutrina de José Afonso da Silva, é correto afirmar que:
- A) a distinção entre trabalhadores urbanos e rurais ainda tem sua importância, pois ainda não gozam dos mesmos direitos.
 - B) a garantia do emprego previsto pela Constituição não é, por si só, suficiente bastante para gerar o direito nela previsto, necessitando, por isso, de regulamentação.
 - C) a Constituição Federal garantiu o direito ao gozo de férias anuais remuneradas estabelecendo o período de 30 dias.
 - D) a Constituição conferiu direito à participação nos lucros ou resultados da empresa. Tal direito já pode ser exercido de imediato, em razão de a norma constitucional ser auto-aplicável.
 - E) a proteção do mercado de trabalho da mulher não é auto-aplicável.

Direitos e Garantias Fundamentais

12. (**AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF**). A doutrina constitucionalista tem comentado muito sobre os direitos dos trabalhadores garantidos constitucionalmente. Sobre tais direitos, considerando a doutrina de José Afonso da Silva, é correto afirmar que:
- A) a distinção entre trabalhadores urbanos e rurais ainda tem sua importância, pois ainda não gozam dos mesmos direitos.
 - B) a garantia do emprego previsto pela Constituição não é, por si só, suficiente bastante para gerar o direito nela previsto, necessitando, por isso, de regulamentação.
 - C) a Constituição Federal garantiu o direito ao gozo de férias anuais remuneradas estabelecendo o período de 30 dias.
 - D) a Constituição conferiu direito à participação nos lucros ou resultados da empresa. Tal direito já pode ser exercido de imediato, em razão de a norma constitucional ser auto-aplicável.
 - E) **a proteção do mercado de trabalho da mulher não é auto-aplicável.**

Direitos e Garantias Fundamentais

13. (AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF).

A Constituição Federal estabelece em seu art. 5º os direitos e garantias fundamentais do cidadão, assunto bastante comentado pela doutrina pátria. A respeito do tema, é correto afirmar que

- A) o princípio do juiz natural deve ser interpretado buscando não só evitar a criação de tribunais de exceção, mas também de respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência, para que não sejam afetadas a independência e imparcialidade do órgão julgador.
- B) somente nas hipóteses constitucionais será possível a concessão da extradição, sem possibilidade de legislação federal infraconstitucional determinar outros requisitos formais.
- C) a tutela jurídica do direito de reunião se efetiva pelo habeas corpus, vez que o bem jurídico a ser tutelado é a liberdade de locomoção.
- D) o Supremo Tribunal Federal decidiu que é impossível a interceptação de carta de presidiário pela administração penitenciária, por violar o direito ao sigilo de correspondência e de comunicação garantido pela Constituição Federal.
- E) já está pacificado pelo Supremo Tribunal Federal que locais onde se exerce a profissão como escritório profissional não é domicílio para fins de aplicação do direito à inviolabilidade domiciliar, pois apesar de fechado tem livre acesso ao público.

Direitos e Garantias Fundamentais

13. (AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF).

A Constituição Federal estabelece em seu art. 5º os direitos e garantias fundamentais do cidadão, assunto bastante comentado pela doutrina pátria. A respeito do tema, é correto afirmar que

- A) **o princípio do juiz natural deve ser interpretado buscando não só evitar a criação de tribunais de exceção, mas também de respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência, para que não sejam afetadas a independência e imparcialidade do órgão julgador.**
- B) somente nas hipóteses constitucionais será possível a concessão da extradição, sem possibilidade de legislação federal infraconstitucional determinar outros requisitos formais.
- C) a tutela jurídica do direito de reunião se efetiva pelo habeas corpus, vez que o bem jurídico a ser tutelado é a liberdade de locomoção.
- D) o Supremo Tribunal Federal decidiu que é impossível a interceptação de carta de presidiário pela administração penitenciária, por violar o direito ao sigilo de correspondência e de comunicação garantido pela Constituição Federal.
- E) já está pacificado pelo Supremo Tribunal Federal que locais onde se exerce a profissão como escritório profissional não é domicílio para fins de aplicação do direito à inviolabilidade domiciliar, pois apesar de fechado tem livre acesso ao público.

Ações Constitucionais

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre os remédios constitucionais, é correto afirmar que
- A) o *habeas corpus* será concedido, inclusive de ofício, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de manifestação, por ilegalidade ou abuso de poder.
 - B) o mandado de segurança individual é o remédio constitucional destinado a proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública, agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público ou titular de banco de dados de caráter público.
 - C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional em favor de qualquer pessoa ou coletividade, independentemente do prazo de constituição e funcionamento do partido e da condição da(s) pessoa(s) beneficiada(s) pela impetração como sua(s) filiada(s).
 - D) cabe mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora torne viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
 - E) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise ratificar ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.

Ações Constitucionais

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre os remédios constitucionais, é correto afirmar que
- A) o *habeas corpus* será concedido, inclusive de ofício, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de manifestação, por ilegalidade ou abuso de poder.
 - B) o mandado de segurança individual é o remédio constitucional destinado a proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública, agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público ou titular de banco de dados de caráter público.
 - C) **o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional em favor de qualquer pessoa ou coletividade, independentemente do prazo de constituição e funcionamento do partido e da condição da(s) pessoa(s) beneficiada(s) pela impetração como sua(s) filiada(s).**
 - D) cabe mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora torne viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
 - E) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise ratificar ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.

Ações Constitucionais

2. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) O mandado de segurança impetrado com vistas a anular ato lesivo ao patrimônio público isenta o autor de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- B) O habeas corpus protege o direito constitucional de ir e vir, o habeas data o direito líquido e certo não amparado por habeas corpus e pelo mandado de injunção.
- C) A ação popular e a ação civil pública são idênticas em propósito, finalidade e alcance, a diferença é que a última se insere na competência privativa dos tribunais.
- D) Por sua natureza de norma definidora de direitos e garantias, o habeas data não sofre qualquer tipo de restrição ou limitação constitucional.
- E) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União e do próprio Supremo Tribunal Federal.

Ações Constitucionais

2. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) O mandado de segurança impetrado com vistas a anular ato lesivo ao patrimônio público isenta o autor de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- B) O habeas corpus protege o direito constitucional de ir e vir, o habeas data o direito líquido e certo não amparado por habeas corpus e pelo mandado de injunção.
- C) A ação popular e a ação civil pública são idênticas em propósito, finalidade e alcance, a diferença é que a última se insere na competência privativa dos tribunais.
- D) Por sua natureza de norma definidora de direitos e garantias, o habeas data não sofre qualquer tipo de restrição ou limitação constitucional.
- E) **Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União e do próprio Supremo Tribunal Federal.**

Ações Constitucionais

3. (AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF).

A Constituição da República previu a chamada Tutela Constitucional das Liberdades. Assinale a assertiva que traz características corretas em relação aos instrumentos abaixo.

- A) Habeas corpus – trata-se de um recurso, estando, por isso, regulamentado no capítulo a eles destinados no Código de Processo Penal.
- B) Mandado de segurança – a natureza civil da ação impede o ajuizamento de mandado de segurança em matéria criminal, inclusive contra ato de juiz criminal, praticado no processo penal.
- C) Mandado de injunção – as normas constitucionais que permitem o ajuizamento do mandado de injunção não decorrem de todas as espécies de omissões do Poder Público, mas tão-só em relação às normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo e de caráter impositivo e das normas programáticas vinculadas ao princípio da legalidade, por dependerem de atuação normativa ulterior para garantir sua aplicabilidade.
- D) Mandado de injunção – em razão da ausência constitucional, não é possível o mandado de injunção coletivo, não tendo sido, por isso, atribuída a legitimidade para as associações de classe, ainda que devidamente constituída.
- E) Mandado de segurança – o mandado de segurança coletivo não poderá ter por objeto a defesa dos mesmos direitos que podem ser objeto do mandado de segurança individual.

Ações Constitucionais

3. (AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF).

A Constituição da República previu a chamada Tutela Constitucional das Liberdades. Assinale a assertiva que traz características corretas em relação aos instrumentos abaixo.

- A) Habeas corpus – trata-se de um recurso, estando, por isso, regulamentado no capítulo a eles destinados no Código de Processo Penal.
- B) Mandado de segurança – a natureza civil da ação impede o ajuizamento de mandado de segurança em matéria criminal, inclusive contra ato de juiz criminal, praticado no processo penal.
- C) **Mandado de injunção – as normas constitucionais que permitem o ajuizamento do mandado de injunção não decorrem de todas as espécies de omissões do Poder Público, mas tão-só em relação às normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo e de caráter impositivo e das normas programáticas vinculadas ao princípio da legalidade, por dependerem de atuação normativa ulterior para garantir sua aplicabilidade.**
- D) Mandado de injunção – em razão da ausência constitucional, não é possível o mandado de injunção coletivo, não tendo sido, por isso, atribuída a legitimidade para as associações de classe, ainda que devidamente constituída.
- E) Mandado de segurança – o mandado de segurança coletivo não poderá ter por objeto a defesa dos mesmos direitos que podem ser objeto do mandado de segurança individual.